



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 002/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2022/00405 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicita as seguintes informações: 1) quais providências foram tomadas para garantir o pleno uso do sistema - Sem Papel; 2) qual é o número de protocolo do requerimento de transferência feito a coordenadoria região oeste; 3) qual é o cronograma de implantação da carteirinha virtual de visitantes; 4) quantas transferências por aproximação familiar foram requeridas e autorizadas na coordenadoria da região oeste. Demanda atendida. Perda de objeto.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 002/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão encaminhou parte das informações. Em recurso o órgão esclareceu alguns questionamentos acerca do cronograma de implantação da carteirinha virtual de visitantes e informou que deixou de fornecer a quantidade de transferências por aproximação familiar pois o requerente não havia indicado o período a ser abrangido. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em segunda instância recursal o solicitante informou o período requerido. Instado a complementar as informações o ente indicou a quantidade de transferências efetivadas por aproximação familiar no exercício de 2022. Cientificado, o solicitante não mais se manifestou, sendo razoável concluir pelo atendimento da demanda, nos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).
4. Considerando que o ente atendeu a demanda, ainda que de forma extemporânea, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da referida Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 04 de janeiro de 2023.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202206409A